

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**

ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO CÂNCER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/5/2023

Às 9h34min, comparecem à reunião os deputados Elismar Prado, Doutor Wilson Batista e João Magalhães (substituindo o deputado Doutor Paulo, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.449/2023, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tema “Vacinação e prevenção do câncer”;

nº 2.450/2023, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o tratamento do paciente com câncer no Estado, especificando se o Estado utiliza o Sistema de Informação do Câncer – Siscan – e, em caso positivo, se esse sistema dá informações sobre o cumprimento dos prazos de 30 e 60 dias, estabelecidos em lei; se o Estado tem ou está desenvolvendo programa próprio para navegação do paciente; se existem dados reais e concretos, comprovados, sobre o tempo médio para início do tratamento do câncer no Estado, uma vez diagnosticada a doença, se esses dados estão separados por região e qual a realidade de cada região do Estado nesse aspecto; quantos deslocamentos um paciente necessita fazer desde a primeira consulta até conseguir iniciar o tratamento; se há alguma iniciativa de regionalização do tratamento oncológico pelo Estado; se há previsão de construção de hospitais oncológicos ou de unidades de tratamento oncológicas; quais os incentivos o Estado tem dado para o tratamento do câncer nos municípios mineiros; mesmo para o paciente que reside próximo ao local de realização do tratamento, quais são os obstáculos e dificuldades para o cumprimento do prazo de 60 dias; se o Estado tem iniciativas específicas para a ampliação do acesso e a redução do tempo de espera para tratamentos oncológicos; qual o valor previsto no

Orçamento do Estado para quimioterapia, cirurgia oncológica e radioterapia; qual a capacidade do SUS no Estado para a realização de cirurgias oncológicas de alta complexidade e se o paciente que aguarda por essas cirurgias entra em uma fila especial; considerando que mais de 300 municípios mineiros encaminham pacientes com câncer para o Hospital de Amor, de Barretos, em São Paulo (SP), qual valor o Estado tem repassado a esse hospital para atendimento dos pacientes de Minas Gerais; quantos aceleradores lineares existem no Estado e quantos têm alta tecnologia para radiocirurgia; qual o orçamento do Estado destinado ao Hospital Alberto Cavalcanti, se esse hospital está devidamente equipado para oferecer tratamento de ponta, se oferece radiocirurgia, se tem acelerador linear e quantos atendimentos são feitos pelo referido hospital; por que pacientes de Minas Gerais precisam ser deslocados para outros estados para realizar certos tipos de tratamento; se o Estado tem a lista de quais tipos de câncer e tratamentos têm autorização de TFD para outros estados; quais ações o Estado tem executado para garantir o deslocamento dos pacientes com câncer para tratamento; considerando que muitos pacientes não têm sequer o dinheiro da passagem de ônibus para o tratamento em suas cidades de origem e que boa parte deles vive em regiões metropolitanas, qual assistência tem sido dada e qual valor tem sido destinado para essas ações no Orçamento estadual; e se o Estado tem cumprido as decisões judiciais a favor dos pacientes com câncer, especialmente quanto à medicação, qual valor tem sido gasto para o cumprimento dessas decisões e se há dados discriminados por tipo de medicação;

nº 2.451/2023, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja regulamentada a Lei nº 23.449, de 24 de outubro de 2019, que assegura às mulheres com alto risco de desenvolvimento de câncer de mama e de ovário a realização gratuita de exame genético para pesquisa de mutação em genes relacionados a essas doenças nas unidades públicas ou conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências.

Retira-se da reunião o deputado João Magalhães e registra-se a presença do deputado Grego da Fundação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2023.

Elismar Prado, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/8/2023

Às 10h43min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Bim da Ambulância, Adriano Alvarenga e Ricardo Campos, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes, Leleco Pimentel, Celinho Sintrocel, Coronel Sandro e Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater com a Cemig, a pedido das associações que representam o setor de produção de energia solar e de dezenas de empreendedores na área de energia fotovoltaica, os entraves que a companhia tem apresentado e com isso dificultado a ampliação e fortalecimento do mercado de energia solar no Estado, em especial na região Norte e Nordeste de Minas Gerais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Jessiane Pereira, vice-coordenadora de Grupo de Trabalho da Absolar e gerente de Engenharia e Regulação na Bright Strategies; Marina Meyer Falcão, presidente da Comissão de Direito de Energia da OAB-MG; e Bárbara Rubim, vice-presidente de Geração Distribuída da Absolar; e os Srs. Alisson Guedes Chagas, superintendente de Engenharia da Distribuição da Cemig; Fabiano Mendonça Dias, gerente de Processos Especiais de Expansão e Manutenção de Média e Baixa Tensão da Cemig; Walter Moreira Abreu, diretor regional da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD – na Área Mineira da Sudene, representando o presidente; João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira, diretor adjunto de Relações Institucionais da Cemig, representando o diretor-presidente; Hewerton Elias Martins, presidente da Associação do Empreendedor Solar – Movimento Solar

Livre; Jomar Britto de Oliveira, vice-presidente Solar Livre; e Wedson dos Reis Alves da Silva, vice-presidente da Associação Movimento Solar Livre. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Ato contínuo, concede a palavra ao deputado Ricardo Campos, também autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2023.

Gil Pereira, presidente – Bim da Ambulância – Bosco.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/8/2023

Às 9h43min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater demandas do sistema socioeducativo, entre as quais a expansão da chamada cogestão e a consequente delegação do poder de polícia a entidades sem fins lucrativos; a ausência de fornecimento de EPIs; a proibição aos agentes de ingressar em suas unidades portando armas de fogo e a ausência de cofre e intendência; a criação de superintendência de segurança; e a ocorrência de assédio moral e perseguições; bem como o projeto denominado Novo Socioeducativo. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um em 19/5/2023 e um em 13/7/2023); da Polícia Militar de Minas Gerais (um em 10/8/2023); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (quatro em 20/7/2023); do Ministério da Defesa (um em 3/8/2023); e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um em 3/8/2023). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.122 a 3.225/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.775/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao Centro Socioeducativo São Jerônimo, no Município de Belo Horizonte, para conhecer *in loco* as instalações da unidade, principalmente quanto a logística, estrutura de segurança e funcionamento, bem como para verificar o número de menores que cumprem medida socioeducativa no referido centro, o efetivo empenhado (agentes socioeducativos e monitores) e suas condições de trabalho;

nº 3.803/2023, do deputado Caporezzo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 1º-Sgt. PM Eduardo dos Santos Bertolino e o 3º-Sgt. PM Edgard Bruno de Freitas Silva, lotados no 27º Batalhão de Polícia Militar, pelo salvamento da vida de uma menina de três anos, em Juiz de Fora, em 3 de junho de 2023, com quadro de obstrução das vias aéreas;

nº 3.855/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a destinação, com urgência, de viatura com capacidade para transporte de detentos para a Polícia Penal no Município de Sacramento;

nº 3.872/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para o fornecimento de equipamento adequado para que o policial militar possa cumprir o prescrito no Memorando nº 30.006.2-23 EMPM, que impõe a anexação de fotos aos relatórios de Reds;

nº 3.873/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o curso básico de gestão financeira seja disponibilizado à tropa em caráter voluntário, e não obrigatório, como previsto no item 5.2 do Memorando nº 10.261.3-2023 EMPM;

nº 3.874/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja revisto eventual ato administrativo que pretenda afastar o modelo de gestão híbrida atualmente adotado no Centro Socioeducativo de Uberaba, bem como para que sejam anulados, caso já existentes, os atos de remoção dos agentes de segurança socioeducativos em exercício na citada unidade, uma vez que ilegais, na medida em que o exercício do poder de polícia é considerado uma função típica do Estado, sendo vedada sua delegação a monitores do Instituto Elo.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Giselle da Silva Cyrillo, subsecretária de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, representando o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; e os Srs. José Odon de Alencar Filho, 1ª-vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg –, representando a presidente do Sindsisemg; Wilson Alves Pereira Júnior, superintendente de Atendimento ao Adolescente da Sejusp; e Rubens Júnio Azevedo Barbosa, agente de segurança socioeducativo do Centro de Internação Provisória São Benedito. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 30/08/23, 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente – Professor Cleiton – Chiara Biondini.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/8/2023

Às 16h9min, comparecem à reunião os deputados Cristiano Silveira, Celinho Sintrocel e Professor Wendel Mesquita (substituindo a deputada Alê Portela, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Rodrigo Lopes, membro da comissão. A presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Empresa Mineira de Comunicação (um ofício em 26/5/2023); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 22/4/2023 e um ofício em 2/6/2023); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 22/5/2023); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 11/4/2023, um ofício em 10/5/2023 e um ofício em 25/5/2023); da Companhia Energética de Minas Gerais (dois ofícios em 4/5/2023 e um ofício em 5/5/2023); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 29/4/2023 e um ofício em 6/7/2023); do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (um ofício em 3/6/2023, um ofício em 26/5/2023 e um ofício em 22/6/2023); da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (um ofício em 2/6/2023); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 29/6/2023); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 8/7/2023); da Prefeitura Municipal de Jaboticatubas (um ofício em 23/6/2023); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 6/7/2023); da Secretaria Municipal de Saúde (um ofício em 24/8/2023 e três ofícios em 11/8/2023); e da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (um ofício em 24/8/2023). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 194/2023, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado Rodrigo Lopes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a

discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.946/202. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.300/2023, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater a instalação de um albergue no Bairro Floresta e explorar novas alternativas propostas pela comunidade;

nº 3.518/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Federação da Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – pela celebração de seus 90 anos atuando para desenvolvimento da indústria nos municípios mineiros;

nº 3.615/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para se debaterem o fluxo do Tratamento Fora do Domicílio – TFD – de Belo Horizonte, perpassando o controle das Autorizações de Internação Hospitalar – AIHs – referentes às Programações Pactuadas Integradas – PPIs –; o fluxo de documentos dos municípios do interior para a Secretaria de Saúde de Belo Horizonte; a existência de um sistema informatizado para acompanhamento das demandas; o fluxo de AIHs autorizadas para os hospitais executarem; o tempo de resposta de aprovação ou não dos pedidos e possíveis propostas para se agilizar o processo de marcação dos programas;

nº 3.653/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para ampliar e melhorar os canais de comunicação de denúncias, reclamações e sugestões relacionadas ao transporte coletivo metropolitano, como permitir que o número 155, da Central de Atendimento Telefônico do governo do Estado, aceite chamadas realizadas a partir de telefone celular;

nº 3.654/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam solucionados diversos problemas relatados em audiência pública sobre o transporte público metropolitano de passageiros nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente em Ribeirão das Neves, dentre eles: as más condições de funcionamento; as falhas mecânicas e a falta de higienização dos veículos; a redução da frota; a longa espera pelos ônibus das Linhas 5365, 5411 e 5416; as dificuldades enfrentadas pelos usuários idosos, cadeirantes ou com mobilidade reduzida devido à elevada altura do piso dos ônibus, à ausência de elevadores e à falta de acessibilidade nos pontos de embarque;

nº 3.655/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita ao Terminal Metropolitano do Move, no Município de Santa Luzia, para averiguação das condições de funcionamento do transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 3.656/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja desarquivado o Projeto de Lei nº 4.449/2013, que promove a reformulação da composição e do funcionamento do Conselho Estadual de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano, para que sejam incluídos representantes dos usuários nesse colegiado, em cumprimento ao acordo entre o então governador Antonio Anastasia e os delegados da Assembleia Popular Horizontal, durante as Jornadas de Junho, em 2013;

nº 3.657/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os critérios de medição e indicadores de desempenho dos contratos de transporte metropolitano na Região Metropolitana de Belo Horizonte nos últimos 15 anos, bem como as providências adotadas para a aplicação de multas e para a declaração de caducidade dos contratos em caso de descumprimento;

nº 3.658/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que os ônibus utilizados no transporte público metropolitano de passageiros tenham no máximo 10 anos de fabricação;

nº 3.659/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Plano de Mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 3.660/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, em que requerem sejam encaminhados ao Superintendente de Transportes Intermunicipal e Metropolitano da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado os documentos apresentados pelos participantes da audiência e as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação do transporte público metropolitano de Belo Horizonte;

nº 3.684/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater os desafios dos secretários municipais de Saúde, oportunidade em que será feito o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Minas Gerais;

nº 3.841/2023, dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência de convidados, em conjunto com a Comissão de Participação Popular, para debater a celebração do centenário dos Municípios de Coromandel, Bicas, Miráí, Cataguases, Ibiá, Ipanema, Itanhandu, Luz, Manga, Matias Barbosa, Mesquita e Itabirito;

nº 3.877/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações sobre os valores recebidos pelo município, no último quinquênio, a título de ICMS esportivo, bem como a destinação dos referidos recursos;

nº 3.927/2023, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Antonio Carlos Arantes e Rodrigo Lopes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a queda dos repasses do fundo de participação dos municípios com autoridades e representantes dos municípios.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2023.

Leleco Pimentel, presidente – Charles Santos – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/8/2023

Às 16h37min, comparecem à reunião a deputada Macaé Evaristo (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Zé Guilherme, Rafael Martins, João Magalhães e Luizinho, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Rodrigo Lopes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.990/2022, na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Macaé Evaristo); pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 878/2023 (relator: deputado Zé Guilherme) e 3.903/2022, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado João Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2023.

Zé Guilherme, presidente – Rodrigo Lopes – Roberto Andrade – Professor Cleiton – Rafael Martins.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/8/2023

Às 14h15min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os desafios enfrentados durante a ditadura militar e fortalecer o compromisso com a promoção da justiça, a liberdade e a democracia, em sintonia com os eventos comemorativos da Semana da Anistia, cujo tema é “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Emília da Silva, coordenadora do Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Instituto de Direitos Humanos; e Heloisa Greco, membro do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania; e os Srs. Ângelo Giargini de Oliveira, procurador da República; Nilmário Miranda, chefe da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos; Aldo Silva Arantes, ex-deputado constituinte e coordenador nacional da Associação Nacional de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania; Gildásio Westin Cosenza, conselheiro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh –, ex-prespo político e membro da Comissão da Verdade dos Trabalhadores do Movimento Sindical em Minas Gerais, representando o presidente do Conedh; Leonardo Pércles Vieira Roque, presidente da Unidade Popular; Cândido Antônio de Souza Filho, presidente da Subseção da OAB do Barro Preto, em Belo Horizonte; e Alberto Betinho Duarte, representante do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção Minas Gerais. A presidência, na condição de coautora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência acusa o recebimento de duas correspondências do Sr. Leonardo Pércles Vieira Roque, presidente da Unidade Popular. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.949/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências com vistas à reativação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, para continuação dos trabalhos de reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de suas atividades políticas; à localização dos corpos de tais indivíduos; e à emissão de parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados por seus familiares;

nº 3.950/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações acerca dos procedimentos instaurados em face dos policiais militares presentes no violento despejo realizado com apoio da instituição, em 1º de maio de 2017, no Município de Mário Campos, quando um dos policiais militares desferiu um tiro na boca de uma jovem, que teve vários dentes quebrados e ficou com trauma irreversível;

nº 3.951/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre os custos diretos e indiretos de operações realizadas pela instituição no período de 2012 a 2020, no cumprimento de ordens judiciais de reintegração de posse ou ordens de despejo realizadas no Estado, apresentando as despesas referentes ao deslocamento de aeronaves,

viaturas e “caveirão” e ao uso de munições de borracha, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, entre outras inerentes à realização das operações;

nº 3.952/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao governador do Estado pela concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Jair Messias Bolsonaro, em 28/8/2023;

nº 3.953/2023, da deputada Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os contratos para o fornecimento de alimentação nas unidades prisionais Penitenciária de Juiz de Fora I – José Edson Cavalieri e Penitenciária Juiz de Fora II – Professor Ariosvaldo Campos Pires, especificando qual empresa está atualmente contratada para fornecer alimentação nessas unidades, a data de início do contrato e o gestor contratual designado para o seu acompanhamento, bem como o resultado do processo administrativo punitivo (Portaria DPEN nº 42/2022) aberto com o objetivo de apurar as irregularidades supostamente praticadas pela empresa MMOL Refeições Coletivas Ltda., no âmbito do Contrato nº 339039.03.3067/2019;

nº 3.954/2023, da deputada Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os critérios utilizados pela Superintendência de Gestão de Vagas para o remanejamento de indivíduos privados de liberdade no âmbito do sistema prisional do Município de Juiz de Fora;

nº 3.955/2023, da deputada Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – as notas taquigráficas da 20ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater as denúncias de possíveis violações de direitos humanos no sistema prisional do Município de Juiz de Fora;

nº 3.956/2023, da deputada Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais, para atuação nos limites de sua competência, o seguinte *link* para o inteiro teor da 20ª Reunião Ordinária da comissão, em 30/8/2023, com o objetivo de debater as denúncias de possíveis violações de direitos humanos no sistema prisional do Município de Juiz de Fora: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/comissoes/reuniao/?idCom=8&idTipo=1&dia=30&mes=08&ano=2023&hr=15:30>;

nº 3.957/2023, da deputada Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para apuração de denúncias de possíveis violações de direitos humanos praticadas pela direção da Penitenciária de Juiz de Fora I – José Edson Cavalieri, conforme denúncias realizadas na 20ª Reunião Ordinária dessa comissão, em 30/8/2023.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2023.

Caporezzo, presidente – Bruno Engler – Chiara Biondini.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/9/2023

Às 10h7min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a importância da ciência, inovação e neointustrialização e o papel da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep – nesse campo. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar

assento à mesa as Sras. Andrea Mara Macedo, professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Lavinia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg; Luciana Silva Melo, chefe do Escritório de Representação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes; e Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da UFMG; e os Srs. André de Oliveira Baldoni, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Celso Pansera, diretor-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; Marco Aurélio Crocco Afonso, diretor-geral do Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC; Paulo Sérgio Lacerda Beirão, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig; e Reginaldo Lopes e Rogério Correia, deputados federais. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidenta realiza a entrega de diploma referente aos votos de congratulações com a UFMG pelos 96 anos de sua fundação, ocorrida em 7 de setembro de 1927. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna – Leleco Pimentel.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/9/2023

Às 9h40min, comparecem à reunião os deputados Arnaldo Silva, Thiago Cota, Zé Laviola, João Magalhães e Celinho Sintrocel (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arnaldo Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Roberto da Silva Pacheco, por meio do Fale com as Comissões, em que cita o Projeto de Lei nº 542/2022, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece que não incorra em crime a poda ou o corte de árvore quando o órgão ambiental responsável não atender, no prazo de 30 dias, a solicitação de corte ou poda justificáveis pelo risco iminente de acidente; e solicita que esta comissão adote uma decisão junto à Prefeitura de Belo Horizonte em relação ao corte e poda de árvores quando apresentarem risco de morte iminente dos moradores do Bairro Betânia, uma vez que o projeto em questão ainda não foi aprovado. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.044/2021, 1.022, 1.104 e 1.185/2023 (Arnaldo Silva); 1.845/2020, 943, 1.005, 1.006, 1.082, 1.141 e 1.142/2023, 606/2015, 5.386/2018, 1.011, 1.029, 1.030, 1.066, 1.083, 1.099, 1.139, 1.140, 1.151 e 1.181/2023 (Bruno Engler); 4.896/2018, 2.386 e 3.162/2021, 3.992/2022, 990, 1.018, 1.042, 1.044, 1.052, 1.085, 1.150, 1.169, 1.173 e 1.188/2023, 2.505/2021, 1.015, 1.047, 1.050, 1.101 e 1.126/2023 (Charles Santos); 1.021, 1.092, 1.109 e 1.192/2023, 2.243 e 2.365/2020, 2.651 e 2.844/2021, 1.016, 1.025, 1.027, 1.071, 1.077, 1.110, 1.184, 1.190 e 1.210/2023 (Doutor Jean Freire); 1.012, 1.037, 1.051, 1.060, 1.064, 1.078, 1.116, 1.117, 1.130, 1.132, 1.153, 1.002, 1.038, 1.048, 1.049, 1.062, 1.065, 1.067, 1.072, 1.073, 1.122, 1.133 e 1.154/2023 (Lucas Lasmar); 4.102/2017, 2.797 e 2.956/2021, 385, 1.013, 1.040, 1.068, 1.135, 1.136, 1.137, 1.138, 1.155, 1.159, 1.168, 1.182, 1.189, 1.193 e 1.194/2023, 2.868 e 2.869/2021, 1.032 e 1.134/2023 (Thiago Cota); 5.385 e 5.444/2018, 948/2019, 3.338/2021, 996, 1.035, 1.039, 1.056, 1.069, 1.070, 1.076, 1.105, 1.111, 1.129, 1.144, 1.162, 1.171 e 1.183/2023, 1.132/2019, 3.652, 3.784 e 3.866/2022, 1.008, 1.009, 1.010, 1.014, 1.017, 1.053, 1.057, 1.079, 1.086, 1.094, 1.118, 1.119, 1.120, 1.166, 1.167 e 1.180/2023 (Zé Laviola). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após deliberação da Comissão, são aprovados requerimentos dos deputados Zé Laviola, em que requer sejam retirados de pauta os Projetos de Lei nºs 5.501/2018, 1.232/2019 e 206,

222, 334, 839, 928 e 1.004/2023; Celinho do Sintrocel, em que requer sejam apreciados em últimos lugares da ordem do dia o Projeto de Lei Complementar nº 50/2020 e os Projetos de Lei nºs 123, 125 e 734/2023; e João Magalhães, em que requer sejam apreciados em primeiros lugares da ordem do dia os Projetos de Lei nºs 1.295, 875, 406 e 1.055/2023, nessa ordem. Registra-se a presença dos deputados Leleco Pimentel e Sargento Rodrigues. São distribuídos em avulso os pareceres do relator, deputado Arnaldo Silva, que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 406 e 1.055/2023; e do relator designado, deputado Thiago Cota, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.295/2023, todos no 1º turno. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira, substituindo o deputado Lucas Lasmar, por indicação da liderança do BDL. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Arnaldo Silva, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 875/2023 no 1º turno, é recebida a Proposta de Emenda nº 1, do deputado Alencar da Silveira Jr.. Após votação, é aprovado o parecer e a Proposta de Emenda nº 1 é rejeitada por unanimidade. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2023 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Zé Laviola); e dos Projetos de Lei nºs 181, 353 e 788/2023 e 3.872/2022, todos na forma do Substitutivo nº 1, 9/2023 e 146/2023, este com a Emenda nº 1 (relator: deputado Thiago Cota); 3.232/2021 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Zé Laviola); 3.958/2022 na forma do Substitutivo nº 1 e 900/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva), todos no 1º turno. Registra-se a presença do deputado Lucas Lasmar. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 123 e 125/2023, ambos na forma do Substitutivo nº 1, e do Projeto de Lei Complementar nº 50/2020 (relator: deputado Lucas Lasmar), todos no 1º turno. Na fase de discussão do parecer do relator designado, deputado Zé Laviola, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 35/2023 no 1º turno, são recebidas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2, do deputado Cristiano Silveira. Após votação, é aprovado o parecer e são rejeitadas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2, registrando-se voto favorável dos deputados Celinho Sintrocel e Lucas Lasmar às Propostas de Emenda nºs 1 e 2. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.080/2022, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; 544/2023, à Prefeitura Municipal de Coronel Pacheco e à Secretaria de Estado de Governo; 626/2023, à Secretaria de Estado de Governo; 734/2023, ao autor e à Secretaria de Estado de Governo; e 891/2023, à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.703/2022 com a Emenda nº 1 e 857/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva, em virtude de redistribuição); 3.999/2022 (relator: deputado Arnaldo Silva); e 770/2023 (relator: deputado Zé Laviola), todos em turno único. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.974/2023, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada consulta pública no *site* desta Casa sobre o Projeto de Lei nº 4.264/2017, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Atrofia Muscular Espinhal – AME;

nº 3.982/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada consulta pública no *site* desta Casa sobre o Projeto de Lei nº 534, de 2023, de sua autoria, que inclui no calendário oficial de comemorações e eventos do Estado o aniversário do Câmpus Muzambinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Ifsuldeminas –, a ser comemorado em 22 de novembro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, a serem realizadas hoje, às 18h30min e amanhã, dia 6/9/2023, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2023.

Thiago Cota, presidente – João Magalhães – Adriano Alvarenga – Rodrigo Lopes – Beatriz Cerqueira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/9/2023, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 438/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o valor total dos recursos de investimento destinados ao CBMMG, em 2022, pelo governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 439/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o valor total dos recursos de investimento destinados à PMMG, em 2022, pelo governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 459/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os valores repassados à Escola Estadual Dom Bosco, em Contagem, o montante executado, discriminando esse valor mensalmente a partir de janeiro de 2019 até o mês de fevereiro de 2023, e o valor previsto para o ano de 2023 destinado à escola, bem como o mês e o ano em que a nova direção da instituição foi designada para administrar e gerir os recursos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 572/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para pagamento aos profissionais de educação do Estado dos valores relativos à ação de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – Fundef –, especificando o cronograma e a metodologia de cálculo para definição desses valores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 621/2023, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o andamento da execução do Programa de Eficiência Energética, especificando-se o percentual de execução físico-financeiro de cada uma das ações do programa e o valor do orçamento previsto para 2023 dessas ações, como também a área de abrangência dos programas e os critérios para participação dos beneficiários. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 873/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Trânsito de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as seguintes questões, afetas à Concessionária Nascentes das Gerais, responsável pela Rodovia MG-050: qual o cronograma de execução da duplicação da MG-050, qual a previsão de conclusão total da obra e quantas reclamações foram realizadas contra a concessionária de 2018 a 2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.401/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o mapeamento das nascentes, as ações executadas e os planos de ação previstos ou em andamento para recuperação e proteção da região das comunidades do Tejuco, de Córrego do Feijão e adjacências, no Município de Brumadinho. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.433/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações sobre a perspectiva de abertura de cursos de fonoaudiologia e terapia ocupacional nessa instituição de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.625/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde, à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas nas listas das diligências realizadas por suas pastas para fins de fiscalização das comunidades terapêuticas e nas medidas aplicadas, nos últimos quatro anos, com a finalidade de evitar violações de direitos humanos, especialmente quanto a denúncias recentemente recebidas, tais como de exploração da força de trabalho, maus-tratos, negligência nos cuidados com os internos, falta de profissionais para adequado tratamento aos internos, restrições ao direito de ir e vir em visitas e saídas, violação à liberdade religiosa, internação de crianças com as mães, bem como as principais infrações identificadas nas comunidades e os motivos de eventuais interdições, se houver. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.784/2023, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos seguintes documentos e dados relativos à prestação dos serviços de esgotamento sanitário em Divinópolis: arquivo kmz ou similar da Figura 1 (mapa do sistema de esgotamento sanitário da sede do Município de Divinópolis) do Relatório de Fiscalização Operacional nº 32/2019 da Arsae-MG; evolução do número de ligações e economias dos últimos 36 meses divididos conforme categoria (residencial social, residencial, comercial, industrial e público) e conforme as unidades de tratamento onde houver prestação de serviço; obras em andamento no sistema de esgoto; memorial descritivo ou informações disponíveis sobre ETEs existentes (tipo de tratamento, capacidade, ano de execução, fluxograma do tratamento); memorial descritivo ou informações disponíveis sobre estações elevatórias de esgoto existentes (dados das bombas e motores, ano de execução, diâmetro das respectivas linhas de recalque e coordenadas geográficas); memorial descritivo ou informações disponíveis sobre extensão de trechos de interceptores existentes (localização, diâmetros, materiais); e cadastro técnico dessas redes, outorgas para o sistema de esgoto e licenças de operação das unidades do sistema de esgoto, caso existam. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.899/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o processo seletivo em andamento com vistas à seleção de profissional para atuar nas diretorias regionais do sistema prisional, especificamente sobre o fundamento legal do pré-requisito exigido, qual seja ter no mínimo cinco anos em direção de unidade prisional ou oito anos em cargo de gestão, ininterruptos

ou não, tendo em vista o Ofício nº 81/2023 da Associação Movimento Agentes Fortes de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.928/2023, da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a quantidade estimada de cães e gatos existentes nos lares do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.023/2023, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o cumprimento pelo Estado do prazo de apreciação e liberação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD –, previsto no Decreto nº 43.981, de 2005, alterado pelo Decreto nº 48.553, de 2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.214/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão para publicação da resolução referente à doação de mamógrafos digitais aos municípios do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.445/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas no cronograma das obras de melhorias, inclusive com planejamento das manutenções, dos estabelecimentos que compõem os sistemas prisional e socioeducativo, conforme resposta ao Requerimento nº 12.622/2023, que solicitou providências com vistas à garantia das condições essenciais ao trabalho dos servidores da segurança pública no Estado, particularmente no âmbito dos estabelecimentos que compõem os sistemas prisional e socioeducativo, considerando tratar-se de medida imprescindível à saúde física e mental dos profissionais, bem como ao bom desempenho de suas atribuições. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.469/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a forma como serão comunicados os municípios e consórcios municipais a respeito da alteração aprovada na reforma administrativa por meio da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, que, em seu art. 106, promove a alteração da redação do parágrafo único do art. 8º da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.496/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG – pedido de informações sobre as alegações de irregularidades na pesagem dos caminhões nas praças de pesagem situadas em Arcos (MG-170) e Córrego Fundo (MG-439). A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.799/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a existência e o valor de recursos oriundos do acordo firmado entre o Estado e a Vale S.A. direcionados ao projeto Mãos Dadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 12/9/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.501/2018, dos deputados Tiago Ulisses e Cassio Soares; 1.232/2019, da deputada Delegada Sheila; 3.840/2022, da deputada Andréia de Jesus; 3.983, 4.024 e 4.051/2022, da deputada Beatriz Cerqueira; 38/2023, do deputado Grego da Fundação; 206/2023, da deputada Marli Ribeiro; 222/2023, do deputado Leonídio Bouças; 334/2023, da deputada Alê Portela; 365/2023, da deputada Leninha; 405/2023, do deputado Dr. Maurício; 598/2023, do deputado Tadeu Martins Leite; 603 e 723/2023, do deputado Professor Cleiton; 816/2023, da deputada Macaé Evaristo; 818/2023, da deputada Leninha; 836/2023, do deputado Fábio Avelar; 839/2023, do deputado Cristiano Silveira; 908/2023, do deputado João Magalhães; 915/2023, do deputado Adriano Alvarenga; 928/2023, do deputado Charles Santos; 946/2023, do deputado Professor Cleiton; 970/2023, do deputado Raul Belém; 1.004/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier; 1.012/2023, do deputado Professor Cleiton; 1.013/2023, do deputado Zé Laviola; 1.022/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.078/2023, da deputada Leninha; 1.135 a 1.138/2023, do deputado Fábio Avelar; e 1.159/2023, do deputado Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.243/2020 e 2.651/2021, da deputada Leninha; 682/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; 837/2023, do deputado Fábio Avelar; 872/2023, do deputado Tadeu Martins Leite; 923/2023, do deputado Gil Pereira; 1.002/2023, da deputada Beatriz Cerqueira; 1.015/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 1.017/2023, do deputado Charles Santos; 1.030/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.062/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.077/2023, da deputada Leninha; 1.122/2023, do deputado Mário Henrique Caixa; e 1.210/2023, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 12/9/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 311/2023, do deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 53/2023, do deputado Eduardo Azevedo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.387 e 3.388/2023, da deputada Marli Ribeiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a buscar esclarecimentos, com a presença dos Secretários de Planejamento e Gestão e de Fazenda, quanto ao cumprimento do art. 1º da Lei nº 24.260, de 26/12/2022, que dispõe sobre a divulgação, até o último dia útil do

mês de janeiro de cada ano, do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores, a que se refere o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição da República, relativo ao exercício anterior.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/9/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 918/2023, do deputado Celinho Sintrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 12/9/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/9/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.667/2021, do deputado Ulysses Gomes; e 315/2023, do deputado Betão.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 35/2023, do governador do Estado; Projetos de Lei nºs 3.684/2022, do deputado Charles Santos; 3.917/2022, do deputado Rafael Martins; 3.958/2022, do deputado Cassio Soares; 4.001/2022, do deputado Ulysses Gomes; 95/2023, do deputado Grego da Fundação; 353/2023, do deputado João Magalhães; 426/2023, do deputado Raul Belém; e 1.055/2023, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/9/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 463/2023, da deputada Marli Ribeiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/9/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 328/2023, do deputado Ricardo Campos.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.706/2022, do deputado Betinho Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.050/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.875/2022, do deputado Professor Wendel Mesquita; 3.981/2022, do deputado Gustavo Santana; e 422/2023, do deputado Eduardo Azevedo.

Requerimentos nºs 3.384/2023, da Comissão de Participação Popular; e 3.401/2023, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 12/9/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.167/2021, do deputado Professor Cleiton; e 253/2023, da deputada Nayara Rocha.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.099/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita; e 462/2023, da deputada Lohanna.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 3.283/2023, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna e Macaé Evaristo e os deputados Bosco e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos servidores da Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2023.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Chiara Biondini e Maria Clara Marra e os deputados Doutor Jean Freire e Leandro Genaro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2023, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2023.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rafael Martins, Doorgal Andrada, João Magalhães, Leonídio Bouças, Luizinho e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2023, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.295/2023, do governador do Estado e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2023.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Cristiano Silveira e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2023, às 14h15min e às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 311/2023, do deputado Sargento Rodrigues; de discutir e votar o Parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 53/2023, do deputado Eduardo Azevedo; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.387 e 3.388/2023, da deputada Marli Ribeiro; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Clara Marra e os deputados Celinho Sintrocel, Charles Santos e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos trechos com maior incidência de acidentes na BR-381 e possíveis soluções para o problema.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2023.

Thiago Cota, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Enes Cândido, Doutor Paulo, Grego da Fundação e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/9/2023, às 13h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2023.

Elismar Prado, presidente.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Escola Estadual Paulo Campos Guimarães, a Escola Municipal Miguel Rodrigues Duarte, a Escola Estadual Fernando Otávio, a Escola Estadual Antônio Martins do Espírito Santo, a Escola Estadual Joaquim Correa e com o Colégio Cidade de Divinópolis pela classificação para a etapa estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais (Requerimento nº 2.980/2023, do deputado Fábio Avelar e outros);

de congratulações com o *Jornal dos Lagos* pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.044/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com os policiais civis e militares pelo excelente trabalho desempenhado na apuração dos fatos relativos ao crime de latrocínio consumado, ocorrido em 1º/2/2023, em Uberlândia (Requerimento nº 3.224/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Primeira Turma de Guarda Civil Municipal de Ouro Branco pelo alto nível da qualidade profissional e intelectual, com destaque para o empenho das atividades extraclasse e dedicação nos treinos físicos e de defesa pessoal (Requerimento nº 3.225/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Patrocínio – Apae Patrocínio –, com o educador físico Bruno Dorneles Azevedo Santos e com os atletas da natação Lucas Eduardo Silva, Mateus Amorim e Isaac Ramos e do atletismo Karlla Cristyna e Sebastião Augusto pela participação no Meeting Loterias Caixa, competição promovida pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, oportunidade em que conquistaram 14 medalhas no total, sendo 6 de ouro, 4 de prata e 4 de bronze (Requerimento nº 3.397/2023, da Comissão de Esporte);

de congratulações com o Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região de Minas Gerais – CREF6-MG – pelos 24 anos de atuação em defesa da qualidade da educação física no Estado (Requerimento nº 3.398/2023, da Comissão de Esporte);

de congratulações com o 1º-Sgt. PM Eduardo dos Santos Bertolino e o 3º-Sgt. PM Edgard Bruno de Freitas Silva, lotados no 27º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, pelo salvamento da vida de uma menina de 3 anos, em Juiz de Fora, em 3 de junho de 2023, com quadro de obstrução das vias aéreas (Requerimento nº 3.416/2023, da Comissão de Segurança Pública).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 2.704/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 28/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais o relatório da visita realizada pela Comissão de Direitos Humanos, em 26/5/2023, ao Presídio de Uberlândia I (atual denominação da Colônia Penal Professor Jacy de Assis) e à Penitenciária de Uberlândia I – Professor João Pimenta da Veiga, com a finalidade de verificar as condições carcerárias e apurar possíveis violações de direitos humanos nessas unidades prisionais; e em razão do teor desse documento, seja o envio acompanhado de pedido de providências com vistas à realização, em conjunto e em caráter de urgência, de mutirões carcerários nas duas unidades visitadas, com vistas a promover a regularização da situação prisional das pessoas nelas presas, inclusive dos indivíduos com transtorno mental e, sendo o caso, seu encaminhamento para hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou para os Centros de Atenção Psicossocial – Caps – de Uberlândia.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.749/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 6/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que seja observado o princípio da eficiência, estampado no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, na análise de todos os processos de benefícios cuja competência de concessão pertence a esse instituto, especialmente no que tange ao Processo SEI nº 2010.01.0027083/2023-24, tendo em vista o exacerbado tempo de espera da cidadã, consoante relatado pela interessada, devendo se estender a análise, de forma eficiente, aos demais processos cuja morosidade tem causado prejuízo aos segurados.

Sala das Reuniões, 10 de julho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

Justificação: É indiscutível que o prejuízo causado a um idoso ao aguardar um processo de análise de benefício pode ser significativo. O benefício previdenciário é um direito fundamental para os idosos, uma vez que proporciona uma fonte de renda essencial para suprir suas necessidades básicas e garantir uma vida digna na terceira idade. Os idosos que estão aguardando de forma exacerbada a conclusão de processo para concessão de benefícios podem enfrentar dificuldades financeiras, uma vez que muitos dependem exclusivamente desse benefício para sua subsistência. A falta de recursos financeiros pode resultar em privações, como dificuldade para pagar despesas médicas, alimentação adequada, moradia e outros itens essenciais. Além dos aspectos financeiros, a demora na concessão dos benefícios também pode ter impactos negativos na saúde física e emocional dos idosos. O estresse e a ansiedade decorrentes da incerteza sobre o recebimento do benefício podem afetar negativamente sua qualidade de vida e bem-estar. Para minimizar esses prejuízos, é fundamental que os sistemas previdenciários atuem de forma eficiente e ágil na análise dos processos de análise de benefícios e aposentadorias, garantindo que os idosos recebam seus benefícios dentro de prazos razoáveis. Além disso, é importante oferecer apoio e assistência aos idosos durante o processo, fornecendo informações claras sobre o andamento do pedido e orientando-os sobre possíveis recursos disponíveis. Diante disso, considerando-se o prazo exacerbado que tem se perpetuado para análise do processo SEI 2010.01.0027083/2023-24, consoante relatado a este gabinete parlamentar, é que se requer as devidas providências para que, em observância ao Princípio constitucional da Eficiência, seja a análise realizada em tempo razoável a fim de se evitar maiores prejuízos à solicitante que se trata de pessoa idosa, devendo se estender a análise aos demais processos cuja morosidade tem causado prejuízo aos segurados.

REQUERIMENTO Nº 2.946/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja formulado apelo ao senhor prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, no sentido de que seja conferida denominação de logradouro público (praça ou espaço público) destinada a homenagear a comunidade libanesa no Brasil.

Sala das Reuniões, 7 de agosto de 2023.

Duarte Bechir, 2º-vice-presidente (PSD).

Justificação: A proposta em questão é a de nomeação de uma praça ou espaço público em Belo Horizonte em homenagem à Comunidade Libanesa, como uma forma de reconhecer a significativa contribuição dessa comunidade para a nossa sociedade.

Esta iniciativa foi inspirada pela visita ilustre da Sra. Carla Jazzar, Embaixadora do Líbano no Brasil, à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Durante sua visita, a Sra. Jazzar destacou a importância das relações entre o Brasil e o Líbano, ressaltando a rica herança cultural e os laços históricos que unem nossos dois países. Além disso, a embaixadora enfatizou a valiosa contribuição da Comunidade Libanesa para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, incluindo Belo Horizonte.

A Comunidade Libanesa no Brasil tem desempenhado um papel vital na construção e progresso da nossa nação. Seus membros têm contribuído ativamente para diversos setores, desde o comércio até as artes, ciências e política. A nomeação de uma praça pública em sua homenagem não apenas reconheceria essas realizações notáveis, mas também serviria como um símbolo duradouro de amizade e cooperação entre nossos dois países.

Além do aspecto cultural e histórico, a nomeação da praça também poderia trazer benefícios econômicos, promovendo o turismo e incentivando intercâmbios comerciais e culturais entre o Brasil e o Líbano. Nesse sentido, a denominação de um logradouro público poderia tornar-se um ponto de encontro para eventos culturais, festivais, feiras e exposições que destacariam as tradições e contribuições da Comunidade Libanesa.

Dessa forma, em honra à Comunidade Libanesa, como um símbolo de apreço e reconhecimento pela sua importância na história de Belo Horizonte e do Brasil, solicito aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 2.951/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, bem como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, em consonância à Lei Federal nº 14.541/2023, providencie que as Deams forneçam um número telefônico ou outro mensageiro eletrônico para que a polícia seja acionada imediatamente em caso de violência inclusive nos finais de semana, e que procedam com parceria junto à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Sistema Único de Saúde – SUS – para oferecer assistência psicológica e jurídica à mulher.

Sala das Reuniões, 7 de agosto de 2023.

Leninha, 1ª-vice-presidente (PT).

Justificação: Em 2021 a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais apresentou um diagnóstico das unidades especializadas no atendimento à mulher, bem como o número de registros de violência registrados no estado de Minas Gerais.

Em abril de 2023, o presidente Lula (PT) sancionou duas leis voltadas ao combate à violência contra a mulher. Uma delas prevê o funcionamento 24 horas das delegacias da mulher, inclusive em feriados e finais de semana. A outra institui um programa de combate ao assédio sexual em órgãos públicos.

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – enfrentam problemas estruturais e orçamentários para fazer cumprir o que a lei exige no que se refere ao seu funcionamento, diante disso na busca por soluções para as fragilidades encontradas e diante dos desafios impostos, é que entendemos que a cooperação do Governo Estadual com os órgãos Municipais e com Associações que atuam na temática é algo fundamental. Conforme a Lei Federal nº 14.541/2023, as Deams precisam disponibilizar um número telefônico ou outro mensageiro eletrônico para que a polícia seja acionada imediatamente em caso de violência. Além disso, deverão se conveniar com a Defensoria Pública e o Sistema Único de Saúde – SUS – para oferecer assistência psicológica e jurídica à mulher.

REQUERIMENTO Nº 3.010/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH –, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à BHTrans pedido de providências para adicionar um ponto de parada de ônibus na Rua Tupinambás, 1.017, Centro de BH, inserindo as linhas: 1.660 Montreal, BH; 1.680 Petrovale, BH; 1.690 Cascata, BH; 1.720 Nazareno, BH. Haja vista que existe um ponto de ônibus na Rua Araguari, esquina com Goitacazes, e o próximo ponto é na Rua Olegário Maciel, esquina com Rua dos Tamoios, o trajeto entre esses dois pontos está descoberto, trazendo prejuízo e deslocamento além do comum aos passageiros.

Sala das Reuniões, 8 de agosto de 2023.

Macaé Evaristo (PT).

REQUERIMENTO Nº 3.122/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 9/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja

encaminhado à Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade pedido de providências para atuação por via dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade no Residencial Icaiveras, em Contagem.

Sala das Reuniões, 10 de agosto de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Em fevereiro de 2023 a Prefeitura de Contagem fez a entrega de 600 (seiscentos) apartamentos, no denominado Residencial Icaivera, do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Mais de 2.400 (duas mil e quatrocentas) pessoas das comunidades William Rosa, Vila Esperança, Povo Brasileiro, Maria da Conceição, dentre outras, foram alocadas nas unidades habitacionais localizadas na via de acesso Icaivera, 375, região de Vargem das Flores, em Contagem. As centenas de famílias foram contempladas na faixa 1 do PMCMV, com renda familiar de até R\$1.800,00 e são originárias de áreas de risco, de ocupações urbanas ou atendidas pelo Programa “Bolsa Moradia”. O conjunto é composto por dois blocos (I e II de apartamentos), com dois quartos, sala e cozinha, além de área coletiva com quadra de esportes, área gourmet, playground e vagas de estacionamento. Ocorre que o referido conjunto habitacional vem enfrentando problemas no que toca à segurança de seus moradores. Tal fato requer a atenção preventiva da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade – Supec –, com foco na intervenção direta em fatores sociais relacionados à violência no Residencial Icaiveras de maneira a contribuir para o aumento da qualidade de vida da comunidade local.

REQUERIMENTO Nº 3.123/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 9/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a instalação de uma base comunitária móvel no residencial Icaivera, no Município de Contagem.

Sala das Reuniões, 10 de agosto de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Em fevereiro de 2023 a Prefeitura de Contagem fez a entrega de 600 (seiscentos) apartamentos, no denominado Residencial Icaivera, do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Mais de 2.400 (duas mil e quatrocentas) pessoas das comunidades William Rosa, Vila Esperança, Povo Brasileiro, Maria da Conceição, dentre outras, foram alocadas nas unidades habitacionais localizadas na via de acesso Icaivera, 375, região de Vargem das Flores, em Contagem. As centenas de famílias foram contempladas na faixa 1 do PMCMV, com renda familiar de até R\$1.800,00 e são originárias de áreas de risco, de ocupações urbanas ou atendidas pelo Programa “Bolsa Moradia”. O conjunto é composto por dois blocos (I e II de apartamentos), com dois quartos, sala e cozinha, além de área coletiva com quadra de esportes, área gourmet, playground e vagas de estacionamento. Ocorre que o referido conjunto habitacional vem enfrentando problemas no que toca à segurança de seus moradores. Tal fato requer a atenção dos órgãos de segurança pública o que denota a necessidade de instalação de serviço preventivo por parte da PMMG a ser prestado por equipe de policiais militares para aplicação do “policimento orientado para o problema” com o apoio da comunidade e execução de policiamento ostensivo geral personalizado de maneira a melhorar a qualidade de vida da comunidade local.

REQUERIMENTO Nº 3.233/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Presidência da República em Brasília pedido de providências para execução do trecho mais crítico da rodovia 381, cerca de 20km entre a cidade de Caeté a Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 18 de agosto de 2023.

Gustavo Santana (PL)

Justificação: Os mineiros têm um sonho, a duplicação da 381. Durante todas as campanhas dos presidencialistas é um dos assuntos que sempre viram pauta, precisamos de ações concretas que possam modificar nossa realidade.

A BR381 lidera o ranking de acidentes e mortes nas estradas de Minas. O trecho conhecido como “rodovia da morte”, além de ser a estrada federal com mais ocorrências de acidentes e a mais letal em nosso território, foi a estrada com mais ocorrências com vítimas no país em termos proporcionais à extensão no ano de 2022, e as estatísticas não mudaram neste ano.

Sabemos da importância da duplicação da 381, mas antes que de fato essa ocorra em sua integralidade, não podemos ficar de braços cruzados assistindo diariamente vidas sendo ceifadas devido as péssimas condições de tráfego. Nos últimos anos as obras vêm sendo feitas com uma morosidade extrema.

Mister salientar que concessão não significa duplicação, vejamos como exemplo a BR-040, que após tantos anos está sendo devolvida ao Estado com execução mínima, bem inferior do que foi estabelecido em contrato.

Diante desse cenário, peço providências ao Excelentíssimo Sr. Presidente para executar o trecho mais crítico da Rodovia BR-381, cerca de 20km entre a cidade de Caeté e Belo Horizonte. A resolução desse gargalo, reduziria grande parte dos problemas de deslocamentos, evitando os congestionamentos gigantescos e consequentemente os inúmeros acidentes diariamente registrados. Não podemos esperar a concessão, essa é uma medida imperativa e urgente.

REQUERIMENTO Nº 3.258/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Duarte Bechir e Rodrigo Lopes aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 10/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a estadualização do trecho não pavimentado da Rodovia BR-383, no Estado de Minas Gerais, e a inclusão de sua pavimentação na repactuação do Acordo de Mariana.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta desta comissão com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria e a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, realizada em 10/8/2023, que teve por finalidade debater a produção de vinhos na Serra da Mantiqueira.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2023.

Roberto Andrade, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico (Patriota).

REQUERIMENTO Nº 3.260/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Duarte Bechir e Rodrigo Lopes aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 10/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a pavimentação da rodovia que liga a localidade de Pocinhos do Rio Verde, no Município de Caldas, ao Município de Andradadas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta desta comissão com a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, realizada em 10/8/2023, que teve por finalidade debater a produção de vinhos na Serra da Mantiqueira.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2023.

Roberto Andrade, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico (Patriota).

REQUERIMENTO Nº 3.402/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para instalação de um radar de velocidade na MG-010 e de um redutor de velocidade na pista entre o km 70 e o km 71 – Trevo de São José de Almeida – e para duplicação de toda extensão da referida estrada, desde Lagoa Santa até a Serra do Cipó.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

Justificação: As medidas pelas quais se propugnam por meio deste pedido de providência afiguram-se absolutamente necessárias e prementes no intuito de coibir o tráfego em excesso de velocidade que vem acarretando acidentes frequentes nos trechos de entrada dos bairros Santo Amaro, Quintas do Almeida, Veraneio e Condomínio Tamanduá. A colocação de redutores e radar virá contribuir de forma prática em pontos específicos de perigo na e diminuir a vulnerabilidade à integridade dos usuários.

A questão é tão grave e urgente que vidas têm sido ceifadas consoante o ocorrido no último final de semana em que uma senhora veio a óbito gerando forte comoção popular, protestos e um clamor de adoção de postura resolutiva quanto aos riscos atuais verificados na MG-010.

A duplicação do trecho entre Santana do Riacho e Lagoa Santa é imprescindível, haja vista o adensamento decorrente da construção de diversos condomínios, o fluxo elevado de veículos da estrada e a ocorrência em todo o percurso de acidentes, atropelamentos e congestionamentos.

É de se registrar a existência de espaço físico capaz de propiciar a almejada e necessária duplicação.

Uma região de vultosa circulação veicular suscita a preocupação deste parlamentar não só com a segurança, mas também com os impactos da circulação entre a cidade de Lagoa Santa e a Serra do Cipó entendendo que há de se promover a trafegabilidade plena, sobretudo se considerada a característica de elevado interesse turístico, que se trata de um caminho que leva a parque estadual natural de relevo, reservas de peculiar riqueza ambiental, fonte inesgotável de estudos, sondagens, pesquisas para além da ampla procura coletiva pelas paisagens, quedas d'água e lazer.

A atratividade alta deste importante patrimônio coletivo justifica a proteção ampliada não só de sua área e entorno, mas também do caminho que se percorre para alcance da valorosa Serra mineira.

REQUERIMENTO Nº 3.403/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do

Regimento Interno, seja encaminhado ao Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – e à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para cumprimento integral da Resolução Normativa da Aneel nº 1.044/2022, que estabelece os procedimentos de compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 16/8/2023, que teve por finalidade debater sobre os riscos e impactos adversos decorrentes do excesso e da desordem de fios e cabos em postes de energia elétrica no Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 3.404/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para inclusão da Comunidade do Iguaçú, no Município de Bom Jesus do Galho, no programa Alô, Minas!

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 3.405/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 4ª Promotoria de Timóteo, pedido de providências para se combaterem os riscos e os impactos adversos decorrentes do excesso e da desordem de fios e cabos em postes de energia elétrica em Timóteo, conforme listagem que apresenta.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 16/8/2023, que teve por finalidade debater sobre os riscos e impactos adversos decorrentes do excesso e da desordem de fios e cabos em postes de energia elétrica no Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 3.406/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para imediata intervenção e elaboração de estudos para proibição ou para readequação da conversão da MG-432 para a Rua Machado de Assis, no Bairro São Pedro, Município de Esmeraldas.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 3.407/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a retirada, em caráter emergencial, da fiação obsoleta ou inutilizada que permanece no posteamento nos endereços que especifica, na cidade de Timóteo.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 16/8/2023, que teve por finalidade debater sobre os riscos e impactos adversos decorrentes do excesso e da desordem de fios e cabos em postes de energia elétrica no Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 3.410/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Douglas Melo aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de análises e testes de confiabilidade da balança localizada na praça de pesagem do Km 14,5 da Rodovia MG-420, no Município de Pompéu.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

Justificação: Várias reclamações chegam a este gabinete parlamentar informando sobre um possível erro da balança da praça de pesagem situada no Km 14,5 da Rodovia MG-420. Moradores, autoridades e usuários da rodovia que liga a BR-040 ao Município de Pompéu informaram que, nos últimos meses, a balança vem apresentando divergências no valor da pesagem de veículos, com uma diferença de 100kg a 200kg quando comparada com outras praças de pesagem no Estado.

REQUERIMENTO Nº 3.411/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Maria Clara Marra aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Autopista Fernão Dias S.A., em Pouso Alegre, e à Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de providências para construção de rampas de escape na BR-381, no trecho da Serra de Igarapé.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Especial desta comissão, realizada em 28/8/2023, que teve por finalidade debater os desafios e as soluções para as estradas e rodovias do Estado.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 3.412/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que retire os fios, cabos, cordoalhas ou equipamentos que estão em situação clandestina ou emergencial ou que envolvam risco de acidente, nos termos da Resolução Normativa Aneel nº 1.044, de 27 de setembro de 2022.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 16/8/2023, que teve por finalidade debater sobre os riscos e impactos adversos decorrentes do excesso e da desordem de fios e cabos em postes de energia elétrica no Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 3.417/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para a destinação, com urgência, de viatura com capacidade para transporte de detentos para a Polícia Penal no Município de Sacramento.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Conforme ofício nº 447/2023/ADM da Câmara Municipal de Sacramento, e Requerimento nº 245/2023 da vereadora Sgt. Edna Aparecida dos Santos Almeida, a polícia penal local necessita, de forma urgente, de uma viatura para executar suas atividades.

REQUERIMENTO Nº 3.418/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para o fornecimento de equipamento adequado para que o policial militar possa cumprir o prescrito no Memorando nº 30.006.2-23 EMPM, que impõe a anexação de fotos aos relatórios de Reds.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 3.419/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o curso básico de gestão financeira seja disponibilizado à tropa em caráter voluntário, e não obrigatório, como previsto no item 5.2 do Memorando nº 10.261.3-2023 EMPM.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 3.420/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 29/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja revisto eventual ato administrativo que pretenda afastar o modelo de gestão híbrida atualmente adotado no Centro Socioeducativo de Uberaba, bem como sejam anulados, caso já existentes, os atos de remoção dos agentes de segurança socioeducativos em exercício na citada unidade, uma vez que ilegais, na medida em que o exercício do poder de polícia é considerado uma função típica do Estado, sendo vedada sua delegação a monitores do Instituto Elo.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 3.430/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 30/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para ampliar e melhorar os canais de comunicação de denúncias, reclamações e sugestões relacionadas ao transporte coletivo metropolitano, como permitir que o número 155, da Central de Atendimento Telefônico do governo do estado, aceite chamadas realizadas a partir de telefone celular.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 10/8/2023, que teve por finalidade debater a situação do transporte público metropolitano de Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 30 de agosto de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 3.431/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 30/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam solucionados diversos problemas relatados em audiência pública sobre o transporte público metropolitano de passageiros nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente em Ribeirão das Neves, dentre eles: as más condições de funcionamento; as falhas mecânicas e a falta de higienização dos veículos; a redução da frota; a

longa espera pelos ônibus das Linhas 5365, 5411 e 5416; as dificuldades enfrentadas pelos usuários idosos, cadeirantes ou com mobilidade reduzida devido à elevada altura do piso dos ônibus, à ausência de elevadores e à falta de acessibilidade nos pontos de embarque.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 10/8/2023, que teve por finalidade debater a situação do transporte público metropolitano de Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 30 de agosto de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/9/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Fábio Barbosa Paiva, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

exonerando Sandra Mara da Silva, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

nomeando Bruno Batista Dueli, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

nomeando Marcelo Fiuza da Rocha, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/9/2023, na pág. 30, onde se lê:

“Mauro Antônio Karan Filho”, leia-se:

“Mario Antonio Caram Filho”.